



Falta coragem política para mudar a Constituição

Por Roberto Ferreira e Nuno Dias da Silva

Ricardo Espírito Santo Salgado, presidente da Comissão Executiva do BES, defende um entendimento entre os dois maiores partidos portugueses para alterar a Lei Fundamental, de forma a abolir as «restrições existentes com resquícios do passado».



Ricardo Espírito Santo Salgado nasceu em 1944 e é considerado um dos portugueses mais poderosos da actualidade. Na sequência do processo de nacionalizações ocorrido aquando do 25 de Abril, fixa residência fora do país durante uma década, na Suíça e no Brasil, tendo regressado a Portugal, onde em 1991 assume a liderança da Comissão Executiva do BES.

«Um balanço muito positivo», é a avaliação que Ricardo Espírito Santo Salgado faz do protocolo estabelecido há um ano entre o BES e a CTOC. O presidente da instituição bancária destaca a crescente «visibilidade e dignidade social» da profissão de TOC e o seu «papel essencial» no segmento das PME, em particular, e no «desenvolvimento do país», em geral. Ricardo Salgado critica a variabilidade das regras fiscais e preconiza a diminuição dos impostos no OE 2007 e o ensino, desde a escola primária, da obrigatoriedade de pagar impostos.

TOC – Que balanço faz do protocolo entre a CTOC e o BES, celebrado em Setembro do ano passado?

Ricardo Espírito Santo Salgado – Pese embora um ano ser um período escasso para fazer uma avaliação, julgo que o balanço é muito positivo, atendendo a que conseguimos associar o Banco Espírito Santo (BES) ao desenvolvimento da vossa Instituição, através da prestação de serviços bancários orientados para as necessidades dos Técnicos Oficiais de Contas.

TOC – Como tem sido a receptividade dos profissionais a esta iniciativa?

R.E.S.S. – Constatamos uma progressiva adesão dos membros da CTOC a esta parceria com o grupo BES, muito devido ao facto de termos idealizado produtos competitivos e exclusivos para eles.

TOC – Tendo em conta que estamos perante um mercado até há pouco tempo completamente novo para o BES, contava com o nível de adesão registado?

R.E.S.S. – O BES tem, desde sempre, as suas estratégias orientadas para todos os portugueses por segmentos. Estamos muito satisfeitos com o facto de termos estabelecido mais um protocolo com uma profissão de grande importância que ganha cada vez mais visibilidade e dignidade social, tornando-se vital para o desenvolvimento do país. O conhecimento técnico associado à profissão dos TOC nas áreas contabilística e fiscal, com o dinamismo gradual das actividades relacionadas, projecta a profissão para um papel extraordinário no futuro.

TOC – Foi o potencial de crescimento da CTOC que o levou a apostar nesta parceria?

R.E.S.S. – Os TOC desempenham em determinados segmentos do sector empresarial um papel incontornável, como por exemplo nas PME (Pequenas e Médias Empresas). A evolução económica do nosso país tem-se caracterizado por uma integração progressiva na união económica e social da Europa. Muitas empresas têm tido evoluções diversas, algumas infelizmente têm sido deslocadas, mas creio que se assiste a um novo dinamismo, com o lançamento de novas iniciativas. Diria mesmo que existe uma assinalável vaga de empreendedorismo que tem

de ser apoiada, desde logo, por um sistema contabilístico evoluído e por uma adesão às regras globais de funcionamento da Contabilidade e da Fiscalidade, não só em Portugal mas também no plano internacional.

TOC – No actual contexto, que prefigura uma certa noção de reforma, quão fundamental é a actividade de TOC?

R.E.S.S. – O BES tem um papel tradicional nas áreas das empresas e muito especialmente no domínio das PME, um «território» que os vossos profissionais bem conhecem. Logo, o papel dos TOC nestes segmentos é essencial. Também nesse particular se pode aferir a importância que a função dos TOC reveste para o BES, que detém uma quota média de mercado acima dos 18 por cento e cuja relação com as empresas tem de ser desenvolvida numa base de confiança recíproca. Aliás, nas empresas, o BES tem uma quota de mercado de aproximadamente 21 por cento.

TOC – Até onde quer ir nessa plataforma de entendimento?

R.E.S.S. – Ficaríamos muito felizes se tivéssemos como clientes a totalidade dos vossos membros, mas sabemos que a concorrência é forte e existem outros bancos que têm o mesmo objectivo. A comunhão de interesses entre o BES e a CTOC é necessária para o desempenho favorável da missão do banco na economia do país e também acredito que podemos estar à altura, através dos nossos serviços especializados, de atender à importância da CTOC e do seu elevado número de membros, que hoje se aproxima dos 80 mil.

Variabilidade das regras fiscais é empecilho à economia

TOC – Como pessoa atenta à economia nacional, como vê o papel do TOC na batalha do combate à fraude e evasão fiscais?

R.E.S.S. – É essencial. Por um lado, pelos constrangimentos orçamentais dos governos, não apenas em Portugal, mas na Europa em geral, e pelo nível de sofisticação que

é preciso impor na administração e na gestão das empresas, independentemente da sua dimensão. Os enquadramentos internacionais de hoje, que vão desde o Sarbanes-Oxley Act, nos Estados Unidos, até às novas directivas europeias, obrigam a uma atenção muito grande por parte dos gestores, necessariamente assessorados por especialistas. Naturalmente, os TOC em matéria contabilística e fiscal são incontornáveis.

TOC – Defende, a exemplo do presidente do Tribunal de Contas, a introdução dos TOC na Administração Pública em nome de uma maior transparência das contas?

R.E.S.S. – Tudo o que contribua para uma maior transparência das contas, seja no sector privado ou na Administração Pública, é útil. A boa prestação de contas é essencial para que as sociedades continuem a ter confiança nas suas administrações. A relação de confiança entre as populações e os governos das sociedades público/privadas tem muito a ver com aquilo que os americanos designam por *accountability*, acto intimamente ligado aos TOC.

TOC – Muitos afirmam que a fiscalidade portuguesa constitui, de algum modo, um obstáculo à economia portuguesa. Concorde?

R.E.S.S. – A variabilidade das regras fiscais é um empecilho ao dinamismo económico. Essa instabilidade fiscal cria dificuldades aos empresários e obriga periodicamente a fases de adaptação que se revelam particularmente difíceis. Temos tido muitos governos, consequentemente, uma grande alternância na área política e, implicitamente, falta de consistência em matéria fiscal.

TOC – A carga fiscal praticada em Portugal é elevada?

R.E.S.S. – É elevada, embora haja países, nórdicos e do centro da Europa, onde a carga fiscal é superior. Por outro lado, em relação a todos os novos membros da União Europeia, a carga fiscal em Portugal é mais elevada e não nos podemos esquecer que há uma grande competitividade para atrair capitais. Esse factor revela-



A obrigatoriedade do pagamento de impostos deve ser uma questão ensinada aos alunos a partir da escola primária. Trata-se de um problema de educação



se dramático, especialmente para pequenas economias abertas e periféricas. Tal facto, obriga a um grande esforço de gestão, para que os níveis de rendibilidade permitam captar capitais estrangeiros tão necessários ao desenvolvimento do nosso país.

TOC – É apologeta de uma redução da carga fiscal?

R.E.S.S. – Creio que é possível essa redução desde que seja acompanhada pela diminuição da despesa pública. É o eterno dilema da Administração Pública. Os problemas de natureza fiscal são resolvidos, na maioria das vezes, pelo aumento dos impostos e não pela sua redução o que constitui um sério entrave ao desenvolvimento.

OE 2007 devia diminuir a carga fiscal

TOC – O Governo tem atacado convenientemente o peso da despesa pública?

R.E.S.S. – Depois da revolução de Abril, a partir de 1975, os governos evoluíram para um determinado modelo político que tinha como preocupação o Estado dominar por completo toda a economia. Posteriormente, com a adesão ao mercado comum, em 1986, foi necessário evoluir para um modelo com

base na livre iniciativa e as empresas do Estado foram sendo privatizadas, ajustando-se o modelo de forma lenta e gradual. Mas o Estado ainda hoje tem um peso excessivo na economia e há ainda muitas empresas e sectores onde a área privada pode participar com vantagens para o País.

TOC – Estamos no bom caminho?

R.E.S.S. – O peso da despesa pública no Orçamento do Estado (OE) é dos mais elevados da Europa. Este Governo tem demonstrado vontade de o reduzir. As últimas notícias sobre a situação económica apontam para uma ligeira aceleração e para uma redução do peso da despesa pública no PIB. Julgo que vai ser preciso fazer algo, com mais celeridade, para que a carga fiscal seja reduzida e liberte recursos para o investimento.

TOC – O que é que espera do próximo OE que será apresentado em meados de Outubro?

R.E.S.S. – Gostaria que o OE 2007 se traduzisse na diminuição da carga fiscal em linha com a redução da despesa pública, por forma a que o défice se aproximasse das nossas obrigações a nível europeu, permitindo-nos a desejável convergência em termos



orçamentais e em termos de recuperação económica.

TOC – Com o país submerso há alguns anos numa crise que teima em persistir, praticamente só a banca tem escapado. Que justificação encontra?

R.E.S.S. – A explicação sobre os motivos dos elevados lucros dos bancos tem sido dada, mas ainda não foi entendida. Há que perceber que o fenómeno da concentração bancária verificado em Portugal foi dos mais importantes em termos europeus. Por isso, os bancos detêm avultados capitais que têm de ser remunerados.

Recentemente, o BES realizou um aumento de capital que ultrapassou 1,5 mil milhões euros. Se as entidades bancárias nacionais não tiverem remunerações ao capital adequadas, tenderão a desaparecer porque, para crescerem, necessitam de capitais robustos. E para Portugal seria dramático perder centros de decisão com a importância dos bancos. Caso isso aconteça, quem garante que os bancos, com centros de decisão no exterior, vão apoiar as empresas portuguesas e a criação de emprego em Portugal? Por outro lado, boa parte dos resultados dos bancos será transposta para o exterior através de dividendos que não serão prioritariamente investidos em Portugal.

TOC – Essa sua mensagem pode ser entendida como um sério aviso aos que criticam a banca e os seus responsáveis?

R.E.S.S. – Os bancos portugueses são o sector económico que mais próximo está dos *benchmarks* europeus em termos de produtividade. O BES também está a apostar forte na sua internacionalização e os ganhos no exterior correspondem a cerca de 30 por cento dos resultados globais. Nessa acção internacional, na maioria das vezes, apoiamos empresários portugueses que também se internacionalizam.

TOC – Como reage quando dizem que o crescimento da banca tem sido feito à custa do endividamento dos portugueses?

R.E.S.S. – Os que dizem isso esquecem-se que os bancos portugueses têm dado um

grande contributo para o enriquecimento das famílias. O endividamento é apenas uma das facetas da questão. A aquisição da propriedade é uma das mais altas da Europa fruto da política de crédito à habitação competitiva posta em prática pelos bancos portugueses. O comissionamento não é mais alto em Portugal do que no exterior. Portugal pode hoje orgulhar-se de ter bancos modernos e competitivos que podem ombrear com os seus congéneres europeus e têm prestado um grande serviço ao País.

TOC – Estamos também perante um caso de distorção de análise dos factos?

R.E.S.S. – Importa ver que a valorização da propriedade em Portugal foi extraordinária (mais de 300 por cento de acordo com um estudo recente do Banco de Portugal), logo, o valor do activo adquirido pelas famílias também subiu. Os bancos continuam a ter um papel fundamental no financiamento regular de bens de consumo, cenário que há duas décadas era impossível, com taxas de juro na ordem dos 20 por cento.

Obrigatoriedade de pagar impostos ensinada desde a escola primária

TOC – A crise da Segurança Social é um dos temas que tem suscitado a discussão mais acesa nos tempos recentes. Preocupa-o a sustentabilidade do sistema?

R.E.S.S. – Com certeza. Se é o próprio Governo, que gere o sistema, a admiti-lo, eu só tenho de confiar nesse diagnóstico. A crise que a Segurança Social atravessa é meramente matemática e de cálculo actuarial, não é política apesar do debate estar activo nesse plano. A esperança de vida está a aumentar e existe cada vez menos população activa para sustentar cada vez mais portugueses em idade de reforma. Sou defensor do «sistema dos três pilares».

TOC – Defende um pacto regime para esta matéria?

R.E.S.S. – Apesar de não querer imiscuir-me nas decisões partidárias, seria bom que o Parla-





mento tivesse a maior base de apoio possível num tema, como este, que é do maior interesse nacional. Vislumbro também outros sintomas preocupantes que confirmam que o Estado está a perder capacidade de resposta resultante dos constrangimentos orçamentais que teve de enfrentar. A profusão de seguros privados de saúde porque os utentes consideram que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) não dá garantias adequadas, é um bom exemplo disso. O sector privado está desta forma a demonstrar uma capacidade de intervenção, especialmente na área dos cuidados de saúde. É bom, no entanto, ter presente que o Estado controla quatro das maiores seguradoras portuguesas.

TOC – Mas nem tudo é desperdício ao nível da receita. Notam-se importantes arrecadações na «máquina» fiscal e até na Segurança Social. É sinal que os índices de eficácia estão a aumentar?

R.E.S.S. – Não há dúvida que o Ministério das Finanças bem como o da Segurança Social estão muito mais eficazes. Eu defendo que a obrigatoriedade do pagamento de impostos deve ser uma questão ensinada aos alunos a partir da escola primária. Trata-se de um problema de educação. Há que explicar a utilidade das receitas dos impostos aos mais novos. Devemos utilizar uma lógica pedagógica.



TOC – A lista de devedores do fisco, entendida como último recurso, insere-se nessa lógica representativa?

R.E.S.S. – A lista dos devedores do fisco e da Segurança Social revela a dificuldade dos ministérios em fazerem cumprir as regras. Mas continuo a achar que se o Estado adoptar métodos pedagógicos os resultados serão mais construtivos.

A Lei Fundamental devia ser revista

TOC – Concorda com o levantamento do sigilo bancário?

R.E.S.S. – Defendo, como sempre fiz, o sigilo bancário. A eficácia fiscal não está

correlacionada à violentação do sigilo. Sou apologista do levantamento do sigilo bancário em situações relacionadas com o terrorismo. De uma forma geral, se os portugueses tivessem maior consciência das suas obrigações, a questão nem se colocava. Há muitos países onde o sigilo bancário existe e o nível de eficácia fiscal é enorme.

TOC – Alguns economistas têm tido duros críticos à Constituição. Partilha da ideia que o texto devia ser alvo de reforma?

R.E.S.S. – A Lei Fundamental devia ser revista, abolindo-se as restrições existentes com resquícios do passado. A União Europeia é um espaço global cuja competitividade foi posta em causa pelos países emergentes asiáticos. Os países europeus, incluindo o nosso, cada vez terão mais dificuldade em progredir económica e socialmente se não modernizarem os seus quadros estruturais e institucionais. Lamento que falte coragem política para se operar mudanças na Constituição. Os dois maiores partidos deviam entender-se. Esperemos que o pacto para a Justiça, cuja morosidade tem travado, entre outras coisas, a entrada de capital estrangeiro, tenha constituído o primeiro passo.

TOC – A dinâmica da classe empresarial tem sido suficiente?

R.E.S.S. – A classe empresarial faz o que pode. É preciso reconhecer que há gente boa a fazer evoluir as suas empresas, em diversos sectores, mesmo nos mais tradicionais como nos têxteis e no calçado. Há também empresários que estão a diversificar e há uma nova onda de empreendedorismo e de internacionalização. Há sinais de um novo optimismo até porque a economia está a crescer. Estou medianamente optimista e realista. Estamos a sair de um ciclo muito mau e a entrar num ciclo mais favorável. Os portugueses estarão à altura de mais um grande desafio. ★